



**CLIPPING INTERNET**  
**03/12/2021 ATÉ 03/12/2021**



# INDÍCE

---

1	AÇÕES TJMA	
	1.1 SITE AGORA SANTA INÊS.....	1
	1.2 SITE O MARANHENSE.....	2
2	CEMULHER	
	2.1 SITE O MARANHENSE.....	3
3	DECISÕES	
	3.1 BLOG ATUAL 7.....	4 5
4	DESEMBARGADOR	
	4.1 BLOG GILBERTO LEDA.....	6
	4.2 BLOG ISAÍAS ROCHA.....	7 8
	4.3 SITE IMIRANTE.COM.....	9
5	INSTITUCIONAL	
	5.1 BLOG DO MINARD.....	10
	5.2 SITE SUA CIDADE.....	11
6	POSSE	
	6.1 SITE O MARANHENSE.....	12

## **Ministério Público investiga suspeita de esquema entre Nagib e alvo do Gaeco em contrato de R\$ 4,6 milhões**

Contratada é a Construservice, empreiteira operada pelo agiota Eduardo DP

02/12/2021 15h05min - Atualizado em 02/12/2021 15h06min

Yuri AlmeidaPUBLICADO POR

YURI ALMEIDA

O Ministério Público do Maranhão investiga o atual diretor-geral do Detran (Departamento Estadual de Trânsito), Francisco Nagib, por um contrato suspeito com uma empresa alvo do Gaeco (Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas) por participação em esquema criminoso de fraudes licitatórias, corrupção, desvio de verbas públicas e agiotagem.

A contratação foi celebrada em 2020, quando Nagib ainda era prefeito de Codó. Por R\$ 4,6 milhões, a Construservice C Empreendimentos e Construções se comprometeu à realizar a recuperação de estradas vicinais do povoado Barracão, que percorre e interliga localidades como Sentada, Livramento e Cajazeiras, zona rural do município.

Pertencente no papel a Rodrigo Gomes Casanova Júnior e Adilton da Silva Costa, segundo investigações paralelas do próprio Ministério Público, a Construservice é uma das empreiteiras operadas no mercado financeiro paralelo e para subtração de dinheiro público pelo agiota Eduardo José Barros Costa, mais conhecido como Imperador ou Eduardo DP.

Em março de 2015, primeiro ano do governo Flávio Dino (PSB), atual chefe de Nagib, a empreiteira foi alvo da Operação Imperador, deflagrada pelo Gaeco em conjunto com a Seccor (Superintendência Estadual de Combate à Corrupção), da Polícia Civil maranhense.

À época, o operador da Construservice teve expedido contra ele um mandado de prisão temporária, conseguiu se evadir, mas acabou na cadeia provisoriamente. A ex-prefeita de Dom Pedro, Maria Arlene Barros Costa, mãe de Eduardo DP, também foi presa e chegou a ser enviada para o Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

Todos, inclusive a empresa, também foram alvos de busca e apreensão e bloqueio de bens. As ordens judiciais foram expedidas pelo desembargador Raimundo Melo, do Tribunal de Justiça do Maranhão, então relator do chamado "Inquérito da Agiotagem".

No procedimento investigatório que mira Nagib, a Promotoria de Justiça de Codó apura a suspeita de irregularidades no contrato, fraude na licitação e se realmente houve a execução da obra.

O responsável pelo caso é o promotor Carlos Augusto Soares. Em setembro, ele encaminhou à assessoria técnica do Ministério Público cópia da licitação, para análise completa da legalidade, e determinou varredura nos processos de pagamento à Construservice pela gestão municipal.

Ao ATUAL7, Francisco Nagib disse que a obra segue em execução, e confirmou, sem detalhar valores, que houve repasse dos cofres públicas para a empreiteira.

“A estrada está sendo executada. Na minha gestão foi feito o pagamento da medição inicial. E a empresa está trabalhando. E vai concluir a obra como planejado”, disse.

Iniciada como apuração preliminar em setembro do ano passado, a investigação tem avançado desde março, quando convertida para inquérito civil.

Em caso de condenação de Francisco Nagib, a Lei de Improbidade prevê penalidades como perda da função pública, suspensão dos direitos políticos e pagamento de multa. Por se tratar de inquérito não há previsão de medidas restritivas de liberdade.

## **PF avança sobre Sarney Filho e João Alberto em investigação aberta a pedido de Weverton**

Inquérito apura se ex-parlamentares praticaram crimes eleitorais com veiculação de reportagem que trata sobre pedetista ter se tornado réu no STF por fraude e peculato  
03/12/2021 10h29min - Atualizado em 03/12/2021 10h29min

Yuri AlmeidaPUBLICADO POR  
YURI ALMEIDA

A Polícia Federal conseguiu prorrogar por mais 90 dias uma investigação contra o ex-deputado federal Sarney Filho (PV) e o ex-senador João Alberto Sousa (MDB), aberta a partir de representação do senador Weverton Rocha (PDT).

Instaurado em 2019, o inquérito tem como objetivo apurar fatos relacionados à suposta ocorrência de crime de desobediência que teria sido praticado pelos ex-parlamentares da alta cúpula de Brasília durante a campanha eleitoral de 2018, quando o pedetista foi eleito para o Senado.

A desobediência teria ocorrido por meio de novas exibições de uma gravação no horário eleitoral gratuito que mostra trecho de reportagem do Jornal Nacional, da TV Globo, em que o apresentador William Bonner informa sobre Weverton haver se tornado réu no STF (Supremo Tribunal Federal) pelos crimes de fraude a licitação e peculato, que é quando um servidor desvia recursos públicos.

Sob alegação de se tratar de fatos inverídicos e contrapropaganda, Weverton havia conseguido na Justiça Eleitoral medida liminar barrando novas exibições da filmagem.

Há também indícios de práticas de outros crimes previstos no Código Eleitoral.

As supostas trapaça licitatória e subtração do dinheiro do erário que Weverton Rocha barrou a exibição no horário eleitoral gratuito teriam ocorrido por meio da famigerada reforma do ginásio Costa Rodrigues, em São Luís, principal vidraça e fantasma do senador do PDT.

Comandante de uma arca de Noé de partidos, que mistura legendas de esquerda, centrão e da extrema-direita bolsonarista, Weverton Rocha é pré-candidato ao Palácio dos Leões em 2022. A investigação contra os ex-adversários nas urnas no pleito passado pode atrapalhar eventuais alianças com o PV e o MDB, controlados no Maranhão pela família Sarney.

O inquérito da Polícia Federal tramitava no MPF do Maranhão, mas foi declinado para a Promotoria Eleitoral do Ministério Público estadual, pelo então procurador-regional Eleitoral Juraci Guimarães Júnior. Atualmente, é conduzido pela Promotoria Eleitoral da 1ª Zona Eleitoral, sob responsabilidade do promotor José Augusto Cutrim Gomes.

Até o momento, apenas Sarney Filho prestou depoimento no bojo da investigação. Entre outras coisas, alegou não saber informar o nome da pessoa que coordenou sua campanha ao Senado naquele pleito, quando acabou derrotado nas urnas; que desconhece a gravação com trecho da reportagem que mostra que Weverton Rocha havia se tornado réu no STF; e que não tem conhecimento se o vídeo foi veiculado em sua propaganda eleitoral ou páginas de redes sociais.

O delegado federal Rodrigo Santos Correa, que atua no inquérito policial, já mandou intimar João Alberto, para que compareça à sede da Superintendência da PF no Maranhão para ser inquirido a respeito do caso.

A ação penal que apura indícios de fraude a licitação e peculato por Weverton Rocha na reforma do ginásio Costa Rodrigues, mostrou o ATUAL7, está suspensa por determinação da desembargadora Graça Duarte, do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Robusto, com 9 volumes e 11 apensos, o caso foi declinado para o Poder Judiciário maranhense em razão do pedetista não possuir foro privilegiado em relação à apuração, já que à época do ocorrido era secretário estadual de Esporte e Juventude.

Segundo o Ministério Público, Weverton atuou de forma irregular para dispensar licitação para a reforma e ampliação do ginásio poliesportivo, e beneficiar a empresa Maresia Construtora.

O prejuízo aos cofres públicos do Estado com o esquema, de acordo com a acusação, ultrapassa R\$ 5,38 milhões.

Segundo o 1º promotor de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa, Marcos Valentim Pinheiro Paixão, o Ministério Público apresentou provas suficientes de que Weverton cometeu os crimes apontados pela investigação.

Conhecido como linha-dura no combate à corrupção e crimes de colarinho branco, Valentim é ex-integrante do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas, o Gaeco.

## **TJMA pontua com 91,30% em ranking nacional de transparência**

Publicado em 3 de dezembro de 2021 às 10:00 | [Comentar](#)

Foto Divulgação: Ascom/TJMA

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) subiu quatro posições no Ranking de Transparência no segmento Tribunais Estaduais em 2021 em relação ao ano passado, assumindo a 14ª posição entre os 27 tribunais. O resultado representou uma evolução significativa da Corte estadual nos últimos quatro anos, que subiu 12 posições de 2018 a 2021, ao obter a pontuação de 91,30%.

O Ranking da Transparência do Poder Judiciário, instituído pela Resolução CNJ nº 260/2018, tem como finalidade conseguir, com dados objetivos, avaliar o grau de informação que os tribunais e conselhos disponibilizam aos cidadãos.

Em 2018, o TJMA ocupava a 26ª posição com uma pontuação de 44,08%. Em 2019, assumiu a 17ª colocação (72,79%) e em 2020, a 18ª posição (82,59%).

Coordenado pela Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas do CNJ, o Ranking é divulgado anualmente pelo CNJ, como previsto na Resolução CNJ nº 215/2015, que dispõe, no âmbito do Poder Judiciário, sobre o acesso à informação e a aplicação da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação.

O Departamento de Gestão Estratégica, unidade do Conselho, coordena, sob a supervisão do Conselheiro-Ouvidor do CNJ, a coleta dos dados enviados pelos tribunais e conselhos para elaboração do Ranking da Transparência do Poder Judiciário, sendo que todos os órgãos do Poder Judiciário participam da avaliação.

## TJ elege dois novos desembargadores no Maranhão

Publicado em 3 de dezembro de 2021 por gilbertoleda

Francisco Ronaldo Maciel e Raimundo Bogéa são os novos desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão, pelos critérios de merecimento e antiguidade, respectivamente. A votação para acesso ao cargo para duas vagas, em decorrência das aposentadorias voluntárias da desembargadora Anildes Cruz e do desembargador Jaime Ferreira de Araújo, ocorreu em sessão plenária administrativa por videoconferência, nesta quarta-feira (1º). Logo após a sessão, os dois novos integrantes da Corte tomaram posse no Gabinete da Presidência.

Ao final da sessão, o presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, disse que o anúncio dos nomes dos desembargadores Francisco Ronaldo Maciel e Raimundo Bogéa, durante sua gestão na Presidência, é motivo de muita satisfação para ele, destacando que ambos são seus amigos e juízes competentes.

“Momento de muita alegria, satisfação, você chegar ao ápice de sua carreira e olhar para trás e ver tudo que você passou, filho de uma família pobre da cidade de Codó. É um momento de muita satisfação e, acima de tudo, de reconhecimento do dever cumprido, de ver seu Tribunal reconhecer seu trabalho e o compromisso de assumir e continuar a fazer a entrega da prestação jurisdicional ágil, eficiente e, acima de tudo, defendendo os ideais republicanos”, agradeceu Ronaldo Maciel.

“É mais uma etapa da carreira. Não representa nenhum envaidecimento. Simplesmente, mais trabalho e dedicação à magistratura”, resumiu Raimundo Bogéa.

15 candidatos

Na primeira votação, pelo critério de merecimento, 15 candidatos concorreram à vaga: os juízes Jamil Aguiar da Silva, Francisco Ronaldo Maciel Oliveira, José Eulálio Figueiredo de Almeida, Lucas da Costa Ribeiro Neto, Samuel Batista de Souza, José Américo Abreu Costa, Manoel Aureliano Ferreira Neto, Nelson Melo de Moraes Rêgo e Raimundo Nonato Neris Ferreira; e as juízas Lucimary Castelo Branco Campos dos Santos, Oriana Gomes, Maria do Socorro Mendonça Carneiro, Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro, Joseane de Jesus Corrêa Bezerra e Márcia Cristina Coelho Chaves.

O presidente Lourival Serejo destacou que, segundo a nova orientação do Conselho Nacional de Justiça, a votação começaria pelo magistrado mais antigo, desembargador Bayma Araújo - após o voto do corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten.

O diretor-geral do TJMA, Mário Lobão, esclareceu que, segundo as modificações feitas pela Resolução CNJ nº 426, de 8 de outubro de 2021, que alterou a Resolução CNJ nº 106/2010, para cálculo da nota final de cada concorrente, deverá ser realizada a tri-média das notas lançadas pelos avaliadores, excluído o percentual de 10% em relação às maiores e menores notas, para, então, obter-se sua nota final por meio da média aritmética.

Segundo a nova resolução, caso a aplicação do percentual resultar em número decimal, ele será arredondado para o número inteiro imediatamente inferior. Mário Lobão explicou que, no caso do Plenário do TJMA, com 28



desembargadores no dia da votação, o número resultante de 10% (2,8) seria arredondando para 2 (número inteiro imediatamente inferior a 2,8). Com os 26 votos restantes, é calculada a média aritmética.

O parágrafo 4º do artigo 11 da resolução informa que, no caso de haver empate na nota final de dois ou mais concorrentes, terá preferência aquele com maior tempo de exercício no cargo, e, subsistindo o empate, a preferência será assegurada ao de maior idade.

#### Merecimento

Iniciada a votação pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, foram avaliados os critérios de desempenho (0 a 20 pontos); produtividade (0 a 30); presteza (0 a 25); e aperfeiçoamento (0 a 25) de cada um(a) dos(as) candidatos(as).

Ao final da votação, os que mais obtiveram pontos para a composição da listra tríplice foram o juiz Francisco Ronaldo Maciel Oliveira (2.593 pontos - média de 99,73); a juíza Maria do Socorro Mendonça Carneiro (2.586 pontos - média de 99,46) e o juiz Manoel Aureliano Ferreira Neto (2.575 pontos - média de 99,04).

Primeiro colocado na lista tríplice - e como já havia figurado na lista por merecimento em duas vezes anteriores -, o juiz Francisco Ronaldo Maciel Oliveira foi proclamado novo desembargador pelo presidente do TJMA.

#### Antiguidade

Em seguida, foi a vez do acesso ao cargo de desembargador, pelo critério de antiguidade, vago em decorrência da aposentadoria do desembargador Jaime Ferreira de Araújo.

O juiz Raimundo Moraes Bogéa, o mais antigo inscrito, também foi proclamado desembargador pelo presidente Lourival Serejo, após a concordância de todos os presentes.

Os dois novos integrantes da Corte foram aplaudidos e saudados pelos demais membros do Tribunal de Justiça do Maranhão.

## **MP INVESTIGA SUSPEITA DE ESQUEMA ENTRE NAGIB E ALVO DO GAECO EM CONTRATO DE R\$ 4,6 MILHÕES**

Contratada é a Construservice, empreiteira operada pelo agiota Eduardo DP

Por Isaias Rocha / Comentários (0)

O Ministério Público do Maranhão investiga o atual diretor-geral do Detran (Departamento Estadual de Trânsito), Francisco Nagib, por um contrato suspeito com uma empresa alvo do Gaeco (Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas) por participação em esquema criminoso de fraudes licitatórias, corrupção, desvio de verbas públicas e agiotagem. As informações são do blog Atual7.com.

A contratação foi celebrada em 2020, quando Nagib ainda era prefeito de Codó. Por R\$ 4,6 milhões, a Construservice C Empreendimentos e Construções se comprometeu à realizar a recuperação de estradas vicinais do povoado Barracão, que percorre e interliga localidades como Sentada, Livramento e Cajazeiras, zona rural do município.

Pertencente no papel a Rodrigo Gomes Casanova Júnior e Adilton da Silva Costa, segundo investigações paralelas do próprio Ministério Público, a Construservice é uma das empreiteiras operadas no mercado financeiro paralelo e para subtração de dinheiro público pelo agiota Eduardo José Barros Costa, mais conhecido como Imperador ou Eduardo DP.

Em março de 2015, primeiro ano do governo Flávio Dino (PSB), atual chefe de Nagib, a empreiteira foi alvo da Operação Imperador, deflagrada pelo Gaeco em conjunto com a Seccor (Superintendência Estadual de Combate à Corrupção), da Polícia Civil maranhense.

À época, o operador da Construservice teve expedido contra ele um mandado de prisão temporária, conseguiu se evadir, mas acabou na cadeia provisoriamente. A ex-prefeita de Dom Pedro, Maria Arlene Barros Costa, mãe de Eduardo DP, também foi presa e chegou a ser enviada para o Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

Todos, inclusive a empresa, também foram alvos de busca e apreensão e bloqueio de bens. As ordens judiciais foram expedidas pelo desembargador Raimundo Melo, do Tribunal de Justiça do Maranhão, então relator do chamado "Inquérito da Agiotagem".

No procedimento investigatório que mira Nagib, a Promotoria de Justiça de Codó apura a suspeita de irregularidades no contrato, fraude na licitação e se realmente houve a execução da obra.

O responsável pelo caso é o promotor Carlos Augusto Soares. Em setembro, ele encaminhou à assessoria técnica do Ministério Público cópia da licitação, para análise completa da legalidade, e determinou varredura nos processos de pagamento à Construservice pela gestão municipal.

Ao ATUAL7, Francisco Nagib disse que a obra segue em execução, e confirmou, sem detalhar valores, que houve repasse dos cofres públicas para a empreiteira.

“A estrada está sendo executada. Na minha gestão foi feito o pagamento da medição inicial. E a empresa está trabalhando. E vai concluir a obra como planejado”, disse.

Iniciada como apuração preliminar em setembro do ano passado, a investigação tem avançado desde março, quando convertida para inquérito civil.

Em caso de condenação de Francisco Nagib, a Lei de Improbidade prevê penalidades como perda da função pública, suspensão dos direitos políticos e pagamento de multa. Por se tratar de inquérito não há previsão de medidas restritivas de liberdade.

## **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO TEM DOIS NOVOS DESEMBARGADORES**

A votação para acesso ao cargo para duas vagas, em decorrência das aposentadorias voluntárias da desembargadora Anildes Cruz e do desembargador Jaime Ferreira de Araújo, ocorreu em sessão plenária administrativa por videoconferência, na quarta-feira (1º).

Por Isaias Rocha / Comentários (0)

Os dois novos integrantes da Corte tomaram posse no Gabinete da Presidência. (Foto: Divulgação/TJ-MA)  
Francisco Ronaldo Maciel e Raimundo Bogéa são os novos desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão, pelos critérios de merecimento e antiguidade, respectivamente.

A votação para acesso ao cargo para duas vagas, em decorrência das aposentadorias voluntárias da desembargadora Anildes Cruz e do desembargador Jaime Ferreira de Araújo, ocorreu em sessão plenária administrativa por videoconferência, na quarta-feira (1º). Logo após a sessão, os dois novos integrantes da Corte tomaram posse no Gabinete da Presidência.

Ao final da sessão, o presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, disse que o anúncio dos nomes dos desembargadores Francisco Ronaldo Maciel e Raimundo Bogéa, durante sua gestão na Presidência, é motivo de muita satisfação para ele, destacando que ambos são seus amigos e juízes competentes.

“Momento de muita alegria, satisfação, você chegar ao ápice de sua carreira e olhar para trás e ver tudo que você passou, filho de uma família pobre da cidade de Codó. É um momento de muita satisfação e, acima de tudo, de reconhecimento do dever cumprido, de ver seu Tribunal reconhecer seu trabalho e o compromisso de assumir e continuar a fazer a entrega da prestação jurisdicional ágil, eficiente e, acima de tudo, defendendo os ideais republicanos”, agradeceu Ronaldo Maciel.

“É mais uma etapa da carreira. Não representa nenhum envaidecimento. Simplesmente, mais trabalho e dedicação à magistratura”, resumiu Raimundo Bogéa.

15 candidatos - Na primeira votação, pelo critério de merecimento, 15 candidatos concorreram à vaga: os juízes Jamil Aguiar da Silva, Francisco Ronaldo Maciel Oliveira, José Eulálio Figueiredo de Almeida, Lucas da Costa Ribeiro Neto, Samuel Batista de Souza, José Américo Abreu Costa, Manoel Aureliano Ferreira Neto, Nelson Melo de Moraes Rêgo e Raimundo Nonato Neris Ferreira; e as juízas Lucimary Castelo Branco Campos dos Santos, Oriana Gomes, Maria do Socorro Mendonça Carneiro, Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro, Joseane de Jesus Corrêa Bezerra e Márcia Cristina Coelho Chaves.

O presidente Lourival Serejo destacou que, segundo a nova orientação do Conselho Nacional de Justiça, a votação começaria pelo magistrado mais antigo, desembargador Bayma Araújo - após o voto do corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten.

O diretor-geral do TJMA, Mário Lobão, esclareceu que, segundo as modificações feitas pela Resolução CNJ nº

426, de 8 de outubro de 2021, que alterou a Resolução CNJ nº 106/2010, para cálculo da nota final de cada concorrente, deverá ser realizada a tri-média das notas lançadas pelos avaliadores, excluído o percentual de 10% em relação às maiores e menores notas, para, então, obter-se sua nota final por meio da média aritmética.

Segundo a nova resolução, caso a aplicação do percentual resultar em número decimal, ele será arredondado para o número inteiro imediatamente inferior. Mário Lobão explicou que, no caso do Plenário do TJMA, com 28 desembargadores no dia da votação, o número resultante de 10% (2,8) seria arredondando para 2 (número inteiro imediatamente inferior a 2,8). Com os 26 votos restantes, é calculada a média aritmética.

O parágrafo 4º do artigo 11 da resolução informa que, no caso de haver empate na nota final de dois ou mais concorrentes, terá preferência aquele com maior tempo de exercício no cargo, e, subsistindo o empate, a preferência será assegurada ao de maior idade.

Merecimento - Iniciada a votação pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, foram avaliados os critérios de desempenho (0 a 20 pontos); produtividade (0 a 30); presteza (0 a 25); e aperfeiçoamento (0 a 25) de cada um(a) dos(as) candidatos(as).

Ao final da votação, os que mais obtiveram pontos para a composição da lista tríplice foram o juiz Francisco Ronaldo Maciel Oliveira (2.593 pontos - média de 99,73); a juíza Maria do Socorro Mendonça Carneiro (2.586 pontos - média de 99,46) e o juiz Manoel Aureliano Ferreira Neto (2.575 pontos - média de 99,04).

Primeiro colocado na lista tríplice - e como já havia figurado na lista por merecimento em duas vezes anteriores -, o juiz Francisco Ronaldo Maciel Oliveira foi proclamado novo desembargador pelo presidente do TJMA.

Antiguidade - Em seguida, foi a vez do acesso ao cargo de desembargador, pelo critério de antiguidade, vago em decorrência da aposentadoria do desembargador Jaime Ferreira de Araújo.

O juiz Raimundo Moraes Bogéa, o mais antigo inscrito, também foi proclamado desembargador pelo presidente Lourival Serejo, após a concordância de todos os presentes.

Os dois novos integrantes da Corte foram aplaudidos e saudados pelos demais membros do Tribunal de Justiça do Maranhão.

## **PROJETO MUNICÍPIO AMIGO DA JUSTIÇA É APRESENTADO EM SANTA INÊS PELO TJ DO MARANHÃO**

O coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Maranhão (Nupemec/TJMA), juiz Alexandre Abreu, reuniu-se com representantes municipais de Santa Inês, na terça-feira (30/11), para apresentar o projeto Município Amigo da Justiça. O programa visa garantir o acesso de direitos à população, estimular a conciliação, fortalecer a cidadania, além de reconhecer a cooperação empreendida por municípios que vêm desenvolvendo ações para a redução de ações judiciais ou para a solução adequada de conflitos. A iniciativa é promovida pelo Nupemec/TJMA, presidido pelo desembargador José Luiz Almeida. O evento - realizado no Auditório da Prefeitura, localizada na Avenida Luís Muniz - contou com a presença de representantes dos municípios de Santa Inês, Alto Alegre do Pindaré, Pio XII, Bela Vista do Maranhão, Santa Luzia, Pindaré, dentre outros. O juiz coordenador do Núcleo de Solução de Conflitos do TJMA, Alexandre Abreu, fez um balanço positivo do evento na comarca. "Tivemos um excelente evento de apresentação do "Município Amigo da Justiça", em Santa Inês! Todos os representantes presentes manifestaram satisfação e interesse em manter uma parceria com a Justiça para o desenvolvimento de ações de incentivo à política de conciliação e ao fortalecimento da cidadania", frisou. COMPROMISSOAs autoridades presentes à solenidade - dentre elas o vice-prefeito de Santa Inês, Sirino Rodrigues e o procurador do Município Danilson Veloso - assumiram o compromisso de aderir ao projeto da Justiça maranhense. Durante o evento, os representantes municipais foram convidados a apoiarem ações de combate ao subregistro, dentre elas, a implantação de um posto de registro civil na Unidade Hospitalar da cidade, que havia sido desativado. Na ocasião, também discutiu-se sobre a necessidade de criação de um espaço de cidadania digital, como forma de aproximação da população com os serviços do Poder Judiciário. Segundo o magistrado Alexandre Abreu, os municípios também manifestaram interesse com a formação de uma assistência judiciária que possibilitará a busca de solução dos problemas da população sem a necessidade de judicialização; além de projetos de inclusão social e de fortalecimento da Ouvidoria, como instrumento para resolução administrativa de demandas. PROGRAMA O programa Município Amigo da Justiça busca promover a integração dos serviços do Poder Judiciário e dos Municípios, com vistas a auxiliar a população na resolução de demandas (processuais e pré-processuais). O coordenador do Nupemec, juiz Alexandre Abreu, enfatiza a importância da iniciativa ao reconhecer a cooperação empreendida por municípios, assegurando os direitos dos cidadãos e das cidadãs e estimulando a conciliação e a pacificação dos conflitos. "A parceria entre TJMA e municípios dissemina a cultura da conciliação, auxilia no acesso a meios digitais de solução de conflitos e presta reconhecimento aos municípios. Tudo isso de forma permanente, assegurando uma inclusão que a sociedade tanto merece", destacou o magistrado.

## Tribunal de Justiça do Maranhão tem dois novos desembargadores

A votação para acesso ao cargo para duas vagas, em decorrência das aposentadorias voluntárias da desembargadora Anildes Cruz e do desembargador Jaime Ferreira de Araújo, ocorreu em sessão plenária administrativa por videoconferência, na quarta-feira (1º).

ASCOM/TJMA

02/12/2021 às 23h00

Tribunal de Justiça do Maranhão tem dois novos desembargadores

Os dois novos integrantes da Corte tomaram posse no Gabinete da Presidência. (Divulgação/TJMA)

SÃO LUÍS - Francisco Ronaldo Maciel e Raimundo Bogéa são os novos desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão, pelos critérios de merecimento e antiguidade, respectivamente. A votação para acesso ao cargo para duas vagas, em decorrência das aposentadorias voluntárias da desembargadora Anildes Cruz e do desembargador Jaime Ferreira de Araújo, ocorreu em sessão plenária administrativa por videoconferência, na quarta-feira (1º). Logo após a sessão, os dois novos integrantes da Corte tomaram posse no Gabinete da Presidência.

Ao final da sessão, o presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, disse que o anúncio dos nomes dos desembargadores Francisco Ronaldo Maciel e Raimundo Bogéa, durante sua gestão na Presidência, é motivo de muita satisfação para ele, destacando que ambos são seus amigos e juízes competentes.

“Momento de muita alegria, satisfação, você chegar ao ápice de sua carreira e olhar para trás e ver tudo que você passou, filho de uma família pobre da cidade de Codó. É um momento de muita satisfação e, acima de tudo, de reconhecimento do dever cumprido, de ver seu Tribunal reconhecer seu trabalho e o compromisso de assumir e continuar a fazer a entrega da prestação jurisdicional ágil, eficiente e, acima de tudo, defendendo os ideais republicanos”, agradeceu Ronaldo Maciel.

“É mais uma etapa da carreira. Não representa nenhum envaidecimento. Simplesmente, mais trabalho e dedicação à magistratura”, resumiu Raimundo Bogéa.

15 candidatos - Na primeira votação, pelo critério de merecimento, 15 candidatos concorreram à vaga: os juízes Jamil Aguiar da Silva, Francisco Ronaldo Maciel Oliveira, José Eulálio Figueiredo de Almeida, Lucas da Costa Ribeiro Neto, Samuel Batista de Souza, José Américo Abreu Costa, Manoel Aureliano Ferreira Neto, Nelson Melo de Moraes Rêgo e Raimundo Nonato Neris Ferreira; e as juízas Lucimary Castelo Branco Campos dos Santos, Oriana Gomes, Maria do Socorro Mendonça Carneiro, Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro, Joseane de Jesus Corrêa Bezerra e Márcia Cristina Coelho Chaves.

O presidente Lourival Serejo destacou que, segundo a nova orientação do Conselho Nacional de Justiça, a votação começaria pelo magistrado mais antigo, desembargador Bayma Araújo - após o voto do corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten.

O diretor-geral do TJMA, Mário Lobão, esclareceu que, segundo as modificações feitas pela Resolução CNJ nº 426, de 8 de outubro de 2021, que alterou a Resolução CNJ nº 106/2010, para cálculo da nota final de cada concorrente, deverá ser realizada a tri-média das notas lançadas pelos avaliadores, excluído o percentual de 10% em relação às maiores e menores notas, para, então, obter-se sua nota final por meio da média aritmética.

Segundo a nova resolução, caso a aplicação do percentual resultar em número decimal, ele será arredondado para o número inteiro imediatamente inferior. Mário Lobão explicou que, no caso do Plenário do TJMA, com 28 desembargadores no dia da votação, o número resultante de 10% (2,8) seria arredondando para 2 (número inteiro imediatamente inferior a 2,8). Com os 26 votos restantes, é calculada a média aritmética.

O parágrafo 4º do artigo 11 da resolução informa que, no caso de haver empate na nota final de dois ou mais concorrentes, terá preferência aquele com maior tempo de exercício no cargo, e, subsistindo o empate, a preferência será assegurada ao de maior idade.

Merecimento - Iniciada a votação pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, foram avaliados os critérios de desempenho (0 a 20 pontos); produtividade (0 a 30); presteza (0 a 25); e aperfeiçoamento (0 a 25) de cada um(a) dos(as) candidatos(as).

Ao final da votação, os que mais obtiveram pontos para a composição da lista tríplice foram o juiz Francisco Ronaldo Maciel Oliveira (2.593 pontos - média de 99,73); a juíza Maria do Socorro Mendonça Carneiro (2.586 pontos - média de 99,46) e o juiz Manoel Aureliano Ferreira Neto (2.575 pontos - média de 99,04).

Primeiro colocado na lista tríplice - e como já havia figurado na lista por merecimento em duas vezes anteriores -, o juiz Francisco Ronaldo Maciel Oliveira foi proclamado novo desembargador pelo presidente do TJMA.

Antiguidade - Em seguida, foi a vez do acesso ao cargo de desembargador, pelo critério de antiguidade, vago em decorrência da aposentadoria do desembargador Jaime Ferreira de Araújo.

O juiz Raimundo Moraes Bogéa, o mais antigo inscrito, também foi proclamado desembargador pelo presidente Lourival Serejo, após a concordância de todos os presentes.

Os dois novos integrantes da Corte foram aplaudidos e saudados pelos demais membros do Tribunal de Justiça do Maranhão.



## Judiciário lança projeto Município Amigo da Justiça em Bacabal

03/12/2021 08:08:00

O programa Município Amigo da Justiça foi lançado, nessa quarta-feira (1), na comarca de Bacabal, durante apresentação realizada pelo coordenador do Núcleo de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Maranhão (Nupemec/TJMA), juiz Alexandre Abreu.

O evento - realizado na sede da Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MA) - contou com a presença de representantes de diversos municípios da região, interessados em firmar parceria com a Justiça em benefício da população.

O intuito do projeto é promover maior integração dos serviços do Poder Judiciário e do Poder Executivo, conferindo o Selo de Reconhecimento "Município Amigo da Justiça" a municípios que desenvolvem ações de garantia de direitos e orientação a cidadãos e cidadãs na resolução de conflitos, estimulando, assim, a política de conciliação.

O presidente do Nupemec/TJMA, desembargador José Luiz Almeida, ressalta que a iniciativa visa resgatar a cidadania de muitas pessoas, que se encontram excluídas do sistema de proteção de direitos, enfatizando a relevante missão social desenvolvida pelo Tribunal de Justiça do Maranhão.

Participaram do evento o juiz Jorge Leite (Vara da Família de Bacabal); a juíza Vanessa Ferreira Lopes (1ª Vara Cível da comarca); a promotora de Justiça Sandra Pontes (titular da 1ª Promotoria); a presidente da Subseção da OAB, Andréia da Silva Furtado; a procuradora do Município Anna Cibelle Braz; e o presidente da Câmara Municipal, Manoel da Concórdia, todos da comarca de Bacabal.

Também prestigiaram a solenidade representantes dos municípios integrantes da comarca, os termos judiciários: Bom Lugar, Conceição do Lago Açu e Lago Verde, além de representantes de Satubinha.

### APRESENTAÇÃO

Durante a apresentação do projeto Município Amigo da Justiça, em Bacabal, o coordenador do Nupemec/TJMA, juiz Alexandre Abreu, esclareceu o público sobre a voluntariedade da adesão do Executivo ao programa.

O magistrado explicou que práticas - já em execução nos municípios - podem ser reconhecidas como ações integrantes do projeto, tais como: a busca ativa pela erradicação do subregistro; a criação de rede municipal de proteção e enfrentamento à violência contra a mulher; a regularização fundiária, dentre outras. Nesses casos, Alexandre Abreu orientou os municípios a se inscreverem, no programa do Judiciário, para recebimento do Selo da Justiça, tornando a prática mais difundida e incentivando a adoção em outras cidades do Estado.

"Mais uma vez, tivemos manifestações imediatas de interesse na adesão do projeto! Os municípios precisam apenas providenciar a elaboração de um relatório das atividades a serem inscritas, com informações sobre o

desenvolvimento e as metas a serem alcançadas, para avaliação pelo TJMA do alcance dos resultados e da emissão do Selo de Reconhecimento", destacou o magistrado.

## PARCERIA

A procuradora de Lago Verde, Beatriz Vasconcelos, parabenizou o Poder Judiciário pela iniciativa e garantiu que o Município irá firmar parceria com a Justiça, com o intuito de proporcionar uma maior integração entre os Poderes e a população.

"Lago Verde abraça esse importante projeto da Justiça maranhense, afinal, a sociedade só tem a ganhar com a iniciativa. O programa Município Amigo da Justiça evidencia a preocupação do Poder Judiciário em solucionar os conflitos da população, além de efetivar os seus direitos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida de todos. Estamos imensamente agradecidos pela oportunidade", frisou a advogada da região.

## **Magistradas e magistrados do TJMA participam do XIII FONAVID**

03/12/2021 01:01:00

Magistradas e magistrados do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) participaram do XIII Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (FONAVID) que ocorreu de 29 de novembro a 2 de dezembro de 2021 de forma híbrida - virtual e presencial. O evento foi sediado no Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJPI).

Estiveram presentes o desembargador Cleones Cunha, que preside a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (CEMULHER/TJMA); a juíza Lidiane Melo de Souza e o juiz Júlio César Lima Praseres (juizes assessores da CEMULHER); o juiz Raniel Barbosa Nunes (1ª Vara de Tuntum); a juíza Lúcia Helena Barros Heluy da Silva (2ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher de São Luís); a juíza Marcela Santana Lobo (3ª Vara Criminal de Caxias).

O tema deste ano foi "Direitos Humanos e acesso à Justiça na violência doméstica e familiar: a Magistratura e o cumprimento das obrigações internacionais assumidas pelo Brasil". Durante os quatro dias, foram discutidas questões como feminicídio, população LGBTQIA, mídia, articulação da rede de enfrentamento à violência, uso de sistemas tecnológicos, violência psicológica, boas práticas em Unidades Judiciárias e movimentos feministas.

O objetivo do evento é a troca de experiências e o constante aperfeiçoamento, bem como o debate sobre novas ações e políticas públicas relacionadas ao assunto.

## **Presidente do TJMA dá posse a novo juiz da 1ª Vara Especial da Mulher**

02/12/2021 23:05:00

O juiz Reginaldo de Jesus Cordeiro Junior foi empossado na 1ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, do Termo Judiciário de São Luís, da Comarca da Ilha de São Luís, nesta quinta-feira (2), pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo.

O magistrado foi removido, pelo critério de merecimento, da 1ª Vara do Termo Judiciário de Paço do Lumiar, da Comarca da Ilha de São Luís, de entrância final, conforme decisão proferida na Sessão Plenária Administrativa Ordinária por videoconferência, desta quarta-feira (1º).

O termo de compromisso e posse foi lido pelo diretor-geral do Tribunal de Justiça do Maranhão, Mário

## **TJMA obteve pontuação de 91,30% em ranking nacional de transparência**

Início / Notícias / São Luís / TJMA obteve pontuação de 91,30% em ranking nacional de transparência

Enviado por joliveira em sex, 03/12/2021 - 15:49

TJMA obteve pontuação de 91,30% em ranking nacional de transparência

Foto: reprodução/TJ-MA

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) subiu quatro posições no Ranking de Transparência no segmento Tribunais Estaduais em 2021 em relação ao ano passado, assumindo a 14ª posição entre os 27 tribunais. O resultado representou uma evolução significativa da Corte estadual nos últimos quatro anos, que subiu 12 posições de 2018 a 2021, ao obter a pontuação de 91,30%.

O Ranking da Transparência do Poder Judiciário, instituído pela Resolução CNJ nº 260/2018, tem como finalidade conseguir, com dados objetivos, avaliar o grau de informação que os tribunais e conselhos disponibilizam aos cidadãos.

Em 2018, o TJMA ocupava a 26ª posição com uma pontuação de 44,08%. Em 2019, assumiu a 17ª colocação (72,79%) e em 2020, a 18ª posição (82,59%).

Coordenado pela Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas do CNJ, o Ranking é divulgado anualmente pelo CNJ, como previsto na Resolução CNJ nº 215/2015, que dispõe, no âmbito do Poder Judiciário, sobre o acesso à informação e a aplicação da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação.

O Departamento de Gestão Estratégica, unidade do Conselho, coordena, sob a supervisão do Conselheiro-Ouvidor do CNJ, a coleta dos dados enviados pelos tribunais e conselhos para elaboração do Ranking da Transparência do Poder Judiciário, sendo que todos os órgãos do Poder Judiciário participam da avaliação.

### **Portal da Transparência**

Uma das medidas que garantiu a pontuação elevada do Poder Judiciário do Maranhão foi a criação do Portal da Transparência, em dezembro de 2020. A página tem como objetivo disponibilizar aos cidadãos informações sobre as políticas, metas e resultados quanto à gestão orçamentária e financeira, quadro de pessoal e estrutura remuneratória do Judiciário maranhense.

A página reúne links com informações sobre as áreas de Governança, Administração, Gestão de Pessoas e Acesso à Informação. Os links para acesso ao Portal da Transparência estão disponíveis na parte superior do Portal do Poder Judiciário do Maranhão e no menu superior "Serviços - Portal da Transparência".

O Portal da Transparência atende à Lei da Transparência e de Acesso à Informação, bem como às exigências do Conselho Nacional de Justiça: Lei n. 131/2009; Lei n. 12.527/2011; Resolução n. 102/2009-CNJ; Resolução N.

017/2017-PR; Resolução n. 195/2014-CNJ e Resolução n. 215/2015-CNJ, - que instituiu o Ranking da Transparência, alterada pela Resolução CNJ Nº 260, de 11 de setembro de 2018.

Para o presidente do TJMA, desembargador Lourival de Jesus Serejo, a página presta contas aos cidadãos a respeito da destinação dos recursos públicos destinados ao Poder Judiciário, apresentando de forma acessível e rápida as informações de interesse da sociedade. “Tanto o Portal do Poder Judiciário quanto a página da Transparência cumprem o objetivo de melhorar a comunicação e a aproximação com a sociedade, em respeito às leis que garantem o acesso à informação”, avalia.

#### Informações disponíveis à população

O Portal da Transparência do TJMA foi organizado para reunir links de acesso para dados de interesse público. Em relação à Governança, os links apresentam informações alusivas à estrutura institucional do TJMA, como Missão, Visão e Valores; objetivos estratégicos, metas e indicadores; endereços e telefones; produtividade; prestação de contas; agendas das sessões; atas de reuniões de Comissões; painéis estatísticos; competências e responsabilidades e Auditoria.

Em relação à Administração, o Portal apresenta informações alusivas à gestão orçamentária e financeira da instituição, como Atos Normativos; Execução Orçamentária; Licitações; Estrutura Financeira; Relação de Veículos; Contratos; Relatórios Anuais de Obras; Restos a Pagar, entre outros.

O Portal também reúne informações relativas à Gestão de Pessoas do Poder Judiciário, alusivas aos quadros de pessoal e respectivas estruturas remuneratórias, como detalhamento da folha de pessoal; tabela de lotação de pessoal; Diárias; Passagens; Servidores em Teletrabalho; empregados de empresas contratadas; membros e agentes públicos, entre outros.

O item referente a Acesso à Informação reúne links de canais de comunicação direto para o cidadão e a instituição, como Formulário de Informação (SIC); Acompanhamento de manifestações; FAQ; Ouvidoria; Carta de Serviços e outros.

Fonte: TJ-MA